

# Alt Risco

Diretor: Filomena Barros | Nº.169 - ano 15 | Setembro de 2013 | Publicação Mensal | Preço: €0,50 (iva incluído)  
Jornal da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais | Instituição de Utilidade Pública

Pub

*Gestifúnebre*  
*Impressas Funerárias*



— Sede em CARMAXIDE —  
21 424 11 50  
91 971 10 23  
96 289 40 17



**Alteração do horário nos B.M. Leiria:  
Presidente da autarquia cumpre  
promessa feita no dia do  
Bombeiro Profissional**



**Conferência de  
Imprensa histórica junta  
ANBP e APBV na  
defesa dos bombeiros  
portugueses**

SE TEMOS OS MELHORES HOMENS, É TEMPO DE TERMOS OS MELHORES EQUIPAMENTOS

**ARFF 8x8** **VECI INDUSTRIAL** **VECI EURO SYSTEM 4x4** **VLCI FLORESTAL** **VLCI FLORESTAL PRO**

**PLATAFORMA HIDRAULICA METZ L47** **MB OBERAIGNER 6X6** **1ª INTERVENÇÃO** **QUAD POLY CAPS**

**KIT URPS 1ª INTERVENÇÃO** **GERADOR BS 14 SILENT** **MOTOBOMBA FOX III** **NAUTILUS 4/1** **GERADOR ESPUMA** **VENTILADOR** **MACHADO FORCE**

**MONITOR OSCILANTE** **AGULHETA RB 101 EN** **MANGUEIRA RB LIGHT** **CIT ARGUS MITIC** **LANT. ATEN.** **COMPRESSOR ENC. RB** **TELESTAIR**

**FIREMAX III** **FIREMAX II** **CAPACETE HBOL X-TREME URV** **CAPACETE HBOL SM MIT EN 44** **BOTAS TORNADO** **BOTAS TWISTER** **LIVAS SAFESHIP III**



Impressão: Eurografica  
Distribuição: Eurografica

Tel: +351 21 394 20 80  
Tel: +351 21 394 20 80

Endereço: Av. Dom Carlos I, 89, r/c - 1200 Lisboa  
2003-04262-8 Lisboa - Portugal

www.associacaoanbp.pt  
info@associacaoanbp.pt



Rosenbauer Group

# editorial

Por Fernando Curto, Presidente da ANBP



## Bombeiros Profissionais: a mudança urgente que se impõe!

Perante a situação em que se encontram os bombeiros profissionais (sapadores, municipais, profissionais das Associações Humanitárias, Força Especial de Bombeiros, profissionais do CNOS e CDOS e Bombeiros privados), perante o flagelo dos incêndios florestais, e agora as eleições autárquicas, impõe-se, de uma vez por todas, que o sector de proteção civil e bombeiros (que tem a sua intervenção na defesa de pessoas e bens) se inicie a nível municipal, passe pelo distrital e termine no nacional. O mesmo se espera com a intervenção dos políticos que tutelam esta área, ou seja, uma MUDANÇA RADICAL.

Digo radical porque há matérias que se vão arrastando há mais de 10 anos e com prejuízo para as populações para a sociedade e que contribuem para o atraso do nosso País em relação aos nossos congéneres europeus.

ANBP/SNBP prepararam um documento oficial (proposta legislativa) com o Ministério da Administração Interna e que se encontra nas Secretarias da Administração Pública e Local com quem já reunimos.

Aguardamos que a Direção da

Associação Nacional de Municípios tome posse para que possamos reunir também no sentido de podermos levar por diante e o mais rápido possível, a legislação que falta – carência de meios humanos e materiais, organização no combate, mobilização, entre outros- que a não ser implementada o mais urgente possível coloca em risco, a cada dia que passa, a vida das nossas populações!

### Incêndios Florestais

A cada ano que passa, e no que respeita aos incêndios florestais, deparamo-nos com a realidade de que tudo se torna cada vez pior, quer no que respeita à área ardida, quer no que respeita a mortes!

Este ano foi sem dúvida um dos piores e como tal devemos, DE UMA VEZ POR TODAS, assumir o que correu mal, seja da parte dos bombeiros, seja da parte dos políticos, para que de uma vez por todas, possamos diminuir este flagelo.

ANBP/SNBP está a preparar, como o faz todos os anos, o relatório com vista a ser presente às Entidades Oficiais. Exigimos que, e perante o que sucedeu este ano, os decisores políti-

cos tomem as medidas que se exigem sem lóbbis, interesses ou pressões de quem quer que seja!

### Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários

Estas duas Instituições assumiram publicamente, numa conferência de imprensa, as suas posições na defesa dos bombeiros profissionais e voluntários!

Ninguém, a não ser nós, pode falar em nosso nome e muito menos estar representada nos órgãos de decisão, a deliberar para os bombeiros o que não devem e com prejuízo para os mesmos.

A partir do dia 24 de Setembro tudo vai mudar e tenho a certeza que os bombeiros portugueses irão, de uma vez por todas, assumir o seu papel e corrigir situações que contribuem com um prejuízo enorme para o nosso País!

Foram solicitadas audiências à Presidente da Assembleia da República, ao Ministro da Administração Interna, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e também ao futuro presidente da Associação Nacional de Municípios!



## Posto de Vigia

### Mais

A alteração de horário de trabalho nos Bombeiros Sapadores de Faro e nos Bombeiros Municipais de Leiria de cinco para quatro turnos, 12/24 - 12/48.

A conferência de imprensa conjunta entre a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e a Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários foi um marco histórico na vida dos bombeiros portugueses.

### Menos

O presidente da Junta de Freguesia de Queirã, em Vouzela, foi a nona vítima mortal dos incêndios florestais deste ano. Ficou com 60% do corpo queimado quando ajudava no combate às chamas no concelho e não resistiu aos ferimentos.

O Verão de 2013 foi considerado o segundo mais trágico em termos de área ardida desde 2005, devido aos incêndios florestais.

O final da época de incêndios fica marcado pela troca de acusações entre a GNR e os bombeiros sobre a utilização de contrafogo.

Este jornal está escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico

Consulte o nosso site em [www.anbp.pt](http://www.anbp.pt) e o nosso Facebook

### ficha técnica

Jornal da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais  
Instituição de Utilidade Pública

**Diretor**  
Filomena Barros

**Diretor-Adjunto**  
Sérgio Carvalho

**Redação**  
Cátia Godinho  
Miguel Marques

**Fotografia**  
Gab. Audiovisual ANBP

**Gratismo**  
João B. Gonçalves

**Paginação**  
João B. Gonçalves

**Publicidade**  
Paulo Bandarra

**Impressão**  
Gráfica Funchalense

**Propriedade**  
Associação Nacional de Bombeiros Profissionais  
Av. D. Carlos I, 89, r/c 1200 Lisboa  
Tel.: 21 394 20 80

**Tiragem**  
25 000 exemplares

registro n.º 117 011  
Dep. Legal n.º 68 848/93

### Alto Risco

### cupão de assinatura

Nome: \_\_\_\_\_  
Morada: \_\_\_\_\_  
Código Postal: \_\_\_\_\_  
Profissão: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ Tlm.: \_\_\_\_\_  
Email: \_\_\_\_\_

Assinatura Anual do Jornal Alto Risco: 8 euros | Despesas de envio: 2 euros | Total: 10 euros  
Enviar Cheque ou Vale de Correio para:  
Associação Nacional de Bombeiros Profissionais - Av. Dom Carlos I, 89, r/c - 1200 Lisboa

## acordo de empresa



► As direções de ANBP/SNBP e da AHBV Aljustrel estiveram presentes nesta assinatura

## B.V. Aljustrel assinaram Acordo de Empresa com ANBP/SNBP

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais assinaram no dia 24 de setembro um Acordo de Empresa com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Aljustrel.

O documento, que compreende os direitos e deveres de empregados e empregador, regulariza a situação laboral dos trabalhadores da AHBV de Aljustrel e é válido pelo período de dois anos. Neste acordo é reconhecido o subsídio de risco, salubridade e penosidade, de 5% para os bombeiros.

O Acordo de Empresa deverá entrar em vigor no primeiro dia do mês a seguir à sua publicação no Boletim de Trabalho e Emprego.

No final da cerimónia de assinatura, os dirigentes nacionais de ANBP/

SNBP congratularam-se com a forma como decorreram as negociações com a atual direção da Associação Humanitária dos Bombeiros de Aljustrel, em especial do seu presidente Luís Palma, acrescentando que “desde o início da negociação que o objetivo principal das partes foi a valorização dos bombeiros de Aljustrel”.

A Associação e Sindicato têm vindo a negociar os Acordos de Empresa com Associações de Bombeiros Voluntários de todo o país com o objetivo de “melhorar as condições de trabalho dos bombeiros”. Em simultâneo, estão a ser desenvolvidos esforços para a celebração de Acordos Coletivos para Entidade Empregadora Pública com as Câmaras Municipais, ao exemplo do que aconteceu com a autarquia de Lisboa para os Sapadores de Lisboa.



► Os dirigentes de ANBP/SNBP, Fernando Curto e Sérgio Carvalho (ao centro), com os delegados de ANBP/SNBP nos Bombeiros Voluntários de Aljustrel, António Banza e Nuno Brito, que desempenharam um trabalho importante em todo o processo de desenvolvimento e assinatura do Acordo de Empresa celebrado com esta Associação Humanitária.



► O presidente dos Bombeiros Voluntários de Aljustrel, Luís Palma assina o Acordo de Empresa

## AE “está feito com a preocupação de cumprir aquilo que está na lei”

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Aljustrel assinou no dia 24 de setembro o Acordo de Empresa com a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais. Terminou assim uma negociação que começou há seis anos e que conheceu vários avanços e recuos. Esta nova “ferramenta de trabalho” congrega os direitos e deveres da entidade patronal e dos trabalhadores. O jornal Alto Risco falou com o presidente da direção da AHBV Aljustrel, Luís Palma, sobre a assinatura deste acordo, que vai incluir 20 trabalhadores.

### Qual a importância da assinatura deste AE?

É muito importante porque regula o nosso funcionamento em termos laborais. Vamos ficar com uma diretriz bem explícita que nos ajuda no dia-a-dia a resolver os problemas que vão surgindo.

### De que forma é que os trabalhadores reagiram?

Este Acordo tem vindo a ser trabalhado com o SNBP e a direção. O Sindicato reunia também com os trabalhadores e a direção deu um exemplar a cada trabalhador de forma a ficarem esclarecidos. Este Acordo está feito muito com a preocupação de cumprir aquilo que está na lei. Temos normas para todos, para os trabalhadores e para a direção e vamos tentar cumprir da melhor maneira.

### Ainda assim este acordo demorou algum tempo a ser negociado...

Na vigência do meu mandato não demorou muito. Já cá tinha estado como presidente e comandante e não se falava nisso. Entretanto, eu saí. Talvez a situação fosse menos definida do que é hoje.

Houve, entretanto, associações que foram assinando o seu acordo e fomos recolhendo informações e vimos que não seria muito arriscado ou perigoso assinar.

### Como é que a Associação viveu este período de cortes nos apoios?

Nós temos sentido mais nos serviços prestados. A vida está mais difícil e às vezes as pessoas preferem não ir. Houve muitos cortes. Havia pessoas a quem era facilitado o transporte de doentes, e que não têm condições por si só de pagarem. E então ficam, pelo que os nossos serviços têm baixado, o que se reflete nas nossas receitas. Mas as nossas despesas não diminuem. O pessoal mantém-se, os combustíveis aumentam (gastamos cerca de seis mil euros por mês), temos muitas viaturas que precisam de ser conservadas, ainda não substituímos algumas que mereciam ser substituídas, o próprio quartel precisa de uma intervenção. Apresentámos uma candidatura ao PRODER e estamos à espera que seja aprovada para dar um ar mais limpo a este quartel. Se essa candidatura for aprovada, brevemente teremos obras de pintura e restauro neste quartel.

### Este Acordo vai beneficiar quantos trabalhadores?

Temos 20 efetivos e 27 voluntários, ainda que os efetivos também sejam voluntários. E isso ficou aqui patente. Também para o interesse deles, porque caso contrário perdem regalias que têm como voluntários, como a ajuda na propina dos filhos e nas taxas moderadoras.

### Como define a relação que teve com ANBP/SNBP neste processo?

Foi uma negociação fácil.



► O delegado de ANBP/SNBP nos Bombeiros Voluntários de Aljustrel, António Banza

## “Uma ferramenta que respeita a lei do trabalho”

António Banza é o delegado Sindical do SNBP nos Bombeiros Voluntários de Aljustrel. Aos 60 anos, e com ampla experiência no trabalho sindical, valoriza o documento agora assinado, considerando uma importante ferramenta de trabalho.

### Qual a importância da assinatura deste Acordo de Empresa para os trabalhadores?

É de uma importância vital dada a ausência de legislação para os corpos de Bombeiros Voluntários que têm profissionais ao seu serviço. Algumas pessoas que estão no mundo do trabalho ainda não se deram conta da importância que este documento tem. É uma ferramenta que respeita a lei do trabalho sendo válido para a direção e para os trabalhadores para saberem os seus direitos e os deveres a cumprir.

### Considera então que vai haver uma melhoria das condições de trabalho?

Essas melhorias estão expressas no documento, que é uma espécie de doutrina a seguir.

### Como é que acompanhou este processo?

Acompanhei sempre confiante. O início deste processo coincidiu com o fim de mandato da direção de então, depois a que veio não foi recetiva. Estes seis anos que passaram foram vividos intensamente por nós e pelo Sindicato (SNBP), fazendo-se sempre sentir a necessidade de um Acordo de Empresa. Várias vezes foi feita pressão para se fazer este acordo.

### Então esta também foi uma vitória pessoal, enquanto delegado sindical?

Foi uma vitória para todos. A vitória não é tanto para mim, mas antes para quem cá está a trabalhar, para os mais novos. E este documento, sendo seguido de forma certa e aperfeiçoado e melhorado, é um ponto de referência muito importante.

## conferência de imprensa



► O presidente da ANBP, Fernando Curto, e o presidente da APBV, Rui Silva

# ANBP e APBV unem-se em defesa dos bombeiros

Os presidentes da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais (ANBP), Fernando Curto, e da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários (APBV), Rui Silva, juntaram-se para reivindicar medidas em defesa dos bombeiros, numa conferência de imprensa realizada a 24 de setembro.

O Fundo Social do Bombeiro, as campanhas de solidariedade, as reformas, a classificação da profissão como de desgaste rápido e também a situação da assistência médica e higiene e segurança no trabalho são algumas das principais preocupações apresentadas pela ANBP e APBV.

Estas duas entidades já solicitaram um pedido de audiência ao Governo e grupos parlamentares, aos quais também enviaram um documento com estas reivindicações. Pediram ainda uma reunião à Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).

Na conferência de imprensa, que pela primeira vez reuniu representantes de bombeiros voluntários e profissionais, o presidente da Liga

dos Bombeiros Portugueses (LBP) foi um dos alvos das críticas, por “não representar os bombeiros, mas as associações humanitárias”, disse Fernando Curto.

A participação na gestão do Fundo Social do Bombeiro, que atualmente é apenas gerido pela Liga dos Bombeiros Portugueses, medida que para ser aplicada implica, segundo o presidente da APBV, Rui Silva, uma alteração da lei, é outra contestação das associações. Para tal, os presidentes daqueles organismos propõem a constituição de um grupo de trabalho que integre bombeiros profissionais e voluntários.

Em relação às campanhas de solidariedade tanto a ANBP como a APBV

exigem regras claras. A este respeito, propõem a criação de um outro grupo de trabalho, com representantes da ANBP e da APBV e da Liga, que seja tutelado pela Autoridade Nacional de Protecção Civil de modo a que o dinheiro resultante das campanhas tenha “distribuição equilibrada e prioridades bem definidas”.

## Repor bonificação

Fernando Curto e Rui Silva exigem ainda a reposição da bonificação de 15 por cento com que os bombeiros beneficiavam para o cálculo de reforma. “É, sem dúvida, uma grande machadada para todos os bombeiros portugueses. Acaba por ser um desincentivo àquilo que é a profissão e, por outro lado, à voluntariedade dos bombeiros”, disse o presidente da ANBP.

Os dirigentes pretendem ainda que a profissão seja classificada “de risco e de desgaste rápido” e que os montantes de seguros sejam alterados. Sobre os seguros, os presidentes da ANBP e APBV exigem que o montante mínimo por morte ou invalidez permanente de bombeiro - que atual-

mente é de perto de 109 mil euros - seja fixado em 300 mil euros.

Para a incapacidade temporária propõem o mínimo de 70 euros por dia e para despesas de tratamento 50 mil euros. Rui Silva criticou o presidente da Liga por, enquanto responsável pelas áreas de incêndios e de proteção civil na Associação Nacional de Municípios, não ter “feito, pelo menos, uma proposta de atualização dos seguros em tempo útil”.

No documento, criticam também a Liga por gerir “única e exclusivamente” a Escola Nacional de Bombeiros. “Queremos que o Governo reveja tudo aquilo que tem a ver com os bombeiros em Portugal e a Liga não pode ter o monopólio da tutela dos bombeiros em Portugal. A Liga não me representa a mim, não representa os bombeiros voluntários, a Liga é uma confederação que representa as associações humanitárias de bombeiros”, disse Fernando Curto. “A Liga não pode representar ao mesmo tempo a entidade patronal e os trabalhadores”,



## As reivindicações da ANBP e da APBV

### Fundo Social do Bombeiro

ANBP e a APBV querem ver a sua representatividade reconhecida e fazer parte da gestão do fundo social do bombeiro, atualmente apenas gerido pela LBP. Para assegurar a participação directa seria necessário proceder a uma alteração da Lei. Enquanto isso não acontece propomos a constituição de um grupo de trabalho de onde façam parte os representantes dos bombeiros profissionais e dos bombeiros voluntários.

### Campanhas de solidariedade

Deveria ser constituído um grupo de trabalho composto por representantes da ANBP, da APBV e da Liga de Bombeiros Portugueses, tutelado pela Autoridade Nacional de Protecção Civil, de forma a que o dinheiro resultante dessas campanhas tivesse uma distribuição equilibrada e com prioridades bem definidas.

### Reformas

ANBP e a APBV contestam a retirada da percentagem de 15% na contabilização das reformas dos bombeiros. Até agora os bombeiros poderiam aposentar-se tendo uma bonificação de 15% sobre o tempo de serviço. A perda desta bonificação, além de desvirtuar o estatuto social do bombeiro, obriga os bombeiros a prestar socorro já com idades mais avançadas, para que não sejam prejudicados na reforma. Esta bonificação também valorizava os baixos salários que são praticados.

Tendo em conta a especificidade da actividade dos bombeiros, consideramos que deveria ser mantida esta bonificação aos bombeiros enquanto Corpos Especiais da Função Pública ao exemplo do que acontece com as forças militares.

### Profissão de desgaste rápido

O artigo 27º do Diário da República diz respeito às deduções nas profissões de desgaste rápido e diz o seguinte:

**1-São dedutíveis ao rendimento, e até à sua concorrência, as importâncias despendidas pelos sujeitos passivos que desenvolvam profissões de desgaste rápido, na constituição de seguros de doença, de acidentes pessoais e de seguros de vida que garantam exclusivamente os riscos de morte, invalidez ou reforma por velhice, neste último caso desde que o benefício seja garantido após os 55 anos de idade, desde que os mesmos não garantam o pagamento e este se não verifique, nomeadamente, por resgate ou adiantamento, de qualquer capital em dívida durante os primeiros cinco anos, com o limite de cinco vezes o valor do IAS. (Redacção da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro)**

**2-Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se como profissões de desgaste rápido as de praticantes desportivos, definidos como tal no competente diploma regulamentar, as de mineiros e as de pescadores.**

Ou seja, a profissão de bombeiro não é considerada como profissão de risco e desgaste rápido para que possa beneficiar desta dedução. No entanto, quando os bombeiros compram casas ou pedem empréstimos e têm que fazer seguros, sofrem um agravamento no prémio de seguro por ser uma profissão de risco e de desgaste rápido! Não se entende quais os padrões seguidos!

### Seguros

Diz a portaria nº 1163/2009 de 6 de Outubro que “o seguro contra acidentes pessoais dos bombeiros profissionais e voluntários é contratado por quantias não inferiores às a se-

guir indicadas e compreendendo os riscos seguintes por pessoas seguras”:

**a) Morte ou invalidez permanente — 225 vezes a remuneração mínima mensal garantida mais elevada;**

**PROPOSTA ANBP e APBV: Seguro no mínimo de 300 mil €**

**b) Incapacidade temporária absoluta e total — até 0,11 vezes a remuneração mínima mensal garantida mais elevada, por dia;**

**PROPOSTA ANBP e APBV: Subsídio diário deveria ser 70€/ dia**

**c) Despesas de tratamento — 20 vezes a remuneração mínima mensal garantida mais elevada, devendo os municípios suportar até mais 10 vezes nas situações em que tal se revelem necessário.**

**PROPOSTA ANBP e APBV: Valor ideal seria 50 mil € devendo manter as 10 vezes para o município**

Na questão dos seguros para bombeiros Voluntários, estes são classificados como seguros de acidentes pessoais, pelo que sempre que um bombeiro voluntário sofre um acidente, não recebe as despesas de tratamento ou transporte, a não ser aquando do fecho do processo e de indemnização final.

Não entendemos algumas afirmações do presidente da Liga de Bombeiros Portugueses, Comandante Jaime Marta Soares, quando, enquanto autarca era o responsável pela questão dos bombeiros na Associação Nacional de Municípios Portugueses, teve oportunidade para se pronunciar sobre esta situação!

### Securifenix

É a mediadora de seguros da LBP

que diz ter o objectivo de “regular o mercado de seguros para as Associações/corpos de Bombeiros”.

A pergunta que se coloca é: em que moldes funciona esta seguradora?

### Assistência Médica/Higiene e Segurança no trabalho

No caso dos Bombeiros, a periodicidade dos exames médicos não está adequada à profissão, não devendo ser de dois em dois anos.

É importante referir que mesmo até na realização dos exames não é tida em conta a especificidade da actividade dos bombeiros. Deveriam ser feitos exames como os RX-Pulmonares e a Espirometria com maior periodicidade, de forma a fazer um rastreio de doenças pulmonares, por um lado, e por outro construir um histórico clínico do bombeiro, de modo a que possa equivaler a uma doença profissional.

Estes exames mais regulares servem para salvaguardar a saúde dos bombeiros e também daqueles que eles socorrem diariamente já que estão em contacto directo com muitos doentes e sinistrados.

### Escola Nacional de Bombeiros

Contestamos que esta instituição seja dirigida única e exclusivamente, desde há muitos anos, pela Liga dos Bombeiros Portugueses. A Escola Nacional de Bombeiros deve ser supervisionada e totalmente detida pela Autoridade Nacional de Protecção Civil.

Não conhecemos, na Europa, nenhuma escola europeia financiada totalmente pelo Estado e dirigida por uma instituição privada!

A ANBP e a APBV exigem estar também presentes nas estruturas da ENB, enquanto legítimos representantes dos Bombeiros Profissionais e dos Bombeiros Voluntários.

## sindicato

Por Sérgio Carvalho, Presidente do SNBP



## O futuro passa pela negociação coletiva

ANBP/SNBP negoceiam todos os anos as atualizações dos principais instrumentos que regulam as condições coletivas de trabalho dos seus associados nas diversas Associações da Bombeiros Voluntários.

É através desta negociação permanente que os salários sectoriais a aplicar nas Associações e demais condições de trabalho (outras remunerações, sistema de férias, faltas e licenças, direitos e deveres dos trabalhadores e muitos mais temas) são regulados e acordados entre os técnicos do Sindicato e os representantes das entidades patronais.

São vários milhares os associados de ANBP/SNBP que, anualmente, beneficiam deste imenso trabalho, para não falar de algumas dezenas de milhares de trabalhadores que, não sendo associados, beneficiam, pelo menos em parte e, até agora, igualmente de parte das vantagens desta atividade negocial, embora não contribuam com o seu apoio a ANBP/SNBP, não se associando e sindicalizando.

ANBP/SNBP dispõem de técnicos permanentes de negociação Coletiva, sendo alguns destes acordos negociados por dirigentes e pelos próprios delegados sindicais de ANBP/ SNBP, dessas mesmas Associações.

Assim, para o ano de 2014, o SNBP vai apresentar proposta de aumento salarial para os trabalhadores das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, em valores nunca inferiores a 5%, bem como vai solicitar o pagamento do subsídio de risco aos bombeiros assalariados, no valor também de 5% do salário base.

Os bombeiros sapadores e municipais, no âmbito da Administração Pública e na negociação global com o Governo, são representados por ANBP/SNBP, que participam nas negociações integradas (tal como outros sindicatos da UGT que tam-

bém têm afiliados neste sector), na Frente Sindical da Administração Pública – FESAP- na qual ANBP/ SNBP integram a respetiva Comissão Negociadora, dada a sua forte representatividade, sobretudo, no Ministério da Administração Interna.

No que concerne aos bombeiros sapadores e municipais, vamos também continuar a batalhar junto das Câmaras Municipais para a celebração de Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública, nos quais se pretende ver reconhecidos mais direitos para aqueles, bem como as 35 horas semanais, ao exemplo do Acordo (ACEEP) com a Câmara Municipal de Lisboa.

O reconhecimento de uma carreira única de bombeiro sapador, no âmbito de um novo estatuto profissional, é prioritário para este sindicato.

Esta também em aberto o processo negocial com a ANPC no que se refere ao Acordo de Empresa para os bombeiros da Força Especial de Bombeiros (FEB), projeto este que esperamos que chegue a bom porto, tendo em conta a evolução das negociações.

O facto de o Tribunal Constitucional ter dado primazia à contratação coletiva e à sua importância, demonstra o valor que os sindicatos têm na defesa dos seus associados.

“Mas não podemos é continuar a ter bombeiros que nada fazem e que estão deitados por baixo da figueira, de boca aberta, enquanto outros lutam!” Esta injustiça tem que forçosamente ser alterada no âmbito da contratação e os sindicatos devem exigir que as entidades empregadoras apenas apliquem os acordos aos sócios do sindicato e não a quem não lutou nem luta por melhores condições de trabalho.

**Contamos contigo! Sindicaliza-te!  
O futuro somos nós que o escolhemos!**

## informação

## Informação a todos os bombeiros do BSB

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais informam todos os bombeiros do Batalhão Sapadores do Porto que até ao momento não foram contactados pela Câmara Municipal do Porto ou BSB sobre qualquer alteração ou implementação do novo horário de trabalho. Uma situação que se justifica pelo facto de haver uma comissão de trabalhadores e de ser a ela que são reportadas estas informações.

Tivemos conhecimento que a comissão de trabalhadores da Câmara

Municipal do Porto recebeu uma proposta da Câmara Municipal do Porto para os bombeiros se pronunciar num prazo de três dias. Situação que estranhámos, uma vez que a lei prevê sete dias para os representantes sindicais se pronunciarem sobre alterações de horários de trabalho.

ANBP/SNBP vão contestar esta situação, mas mais uma vez, e a exemplo de episódios anteriores, os horários do BSB vão ser apresentados não como propostas para negociação, mas antes como factos consumados.

## SNBP contestam aplicação das 40 horas

A Federação dos Sindicatos da Administração Pública e Entidades com Fins Públicos (FESAP), à qual pertence o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais (SNBP), entregou a 25 de setembro no Tribunal Administrativo de Lisboa uma providência cautelar que pretende impedir a entrada em vigor da legislação que visa aumentar o horário de trabalho dos trabalhadores da Função Pública das 35 para as 40 horas semanais.

A FESAP justificou esta ação, em comunicado, alegando que a Lei, bem como as mencionadas alterações, determinam “prejuízos sérios e, em alguns

casos irreparáveis, para a compatibilização da vida profissional e familiar dos trabalhadores, bem como acarreta uma substancial redução remuneratória (cerca de 12,5%), não razoável nem normalmente previsível, o que é totalmente intolerável à luz da Constituição da República Portuguesa (CRP), nomeadamente do artigo 59, n.º1 alíneas a) e b) e n.º2.”

A FESAP considera ainda que “se trata de uma violação clara do princípio da proteção da confiança e da segurança jurídica, também acautelado pela Constituição”.

## notícias

## Já não ardia tanto desde 2005

Os incêndios ocorridos entre os dias 1 de janeiro e 15 de setembro resultaram em mais de 121 mil hectares de área ardida- mais 15 mil hectares do que em igual período do ano passado. Os dados do relatório do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas revelam ainda que desde o início do ano se registaram 16 924 ocorrências.

Em relação ao histórico dos últimos dez anos, houve menos 9% de ocorrências. Os distritos de Viseu, Viana do Castelo e Bragança foram os mais fustigados pelas chamas. O incêndio que afetou o concelho de Alfândega da Fé e os concelhos vizinhos, em julho, foi, o que provocou maior área ardida, cerca de 12 mil hectares. Segue-se na lista o incêndio da Serra do Caramulo, que consumiu sete mil hectares.

Tendo em conta os números da última década (2003-2013) e excluindo os anos de 2003 e 2005 (em que a área ardida ultrapassou os 400 e 300 mil hec-

tares, respetivamente), o Verão deste ano fica marcado como o segundo mais grave. Pior só mesmo o de 2010, quando em igual período já tinham ardido 128 mil hectares de matos e floresta, ou seja, uma área equivalente a 128 mil campos de futebol.

### Autarca de Queiró foi a nona vítima dos incêndios

Joaquim da Silva Mendes, presidente da Junta de Freguesia de Queiró, concelho de Vouzela, foi a nona vítima mortal dos incêndios deste ano, depois de oito bombeiros terem perdido a vida. O autarca ficou com 60% do corpo queimado quando ajudava a combater um incêndio na sua freguesia. Morreu a 17 de setembro, depois de ter estado internado no hospital de São João, no Porto, desde o dia 23 de agosto.

Durante os incêndios deste verão, oito bombeiros perderam a vida, ou seja, mais quatro do que em 2012.

## Meio milhão por aviões que chegam no fim de época incêndios

O Estado recebeu de Espanha dois aviões anfíbios, ainda em setembro, a menos de um mês do final da época mais crítica dos incêndios. As duas aeronaves custaram aos cofres do Estado, segundo o jornal i, mais de meio milhão de euros.

Em agosto o Governo aprovou a locação de um helicóptero pesado espanhol Kamov para o combate aos incêndios. Mas o negócio, por ajuste direto com a firma Aviación Agrícola de Levante, sediada em Valência, acabou por não se realizar porque a empresa não tinha “habilitações legais para operar em Portugal”.

O jornal I avançou que o contrato teve de ser revogado e só a meio de setembro chegaram a Portugal dois aviões anfíbios (que substituem o helicóptero pesado) para combater os fo-

gos até 31 de Outubro.

O i refere ainda que três dos seis helicópteros comprados à Rússia em 2007 para compor a frota portuguesa estiveram indisponíveis durante o Verão, por falta de manutenção em Portugal.

O Governo abriu um concurso para a adjudicação da manutenção e operação dos meios aéreos de combate aos incêndios a uma empresa privada, mas não se apresentaram interessados.

Um novo concurso, já autorizado pela Proteção Civil, vai ser aberto e caso o sector não se consiga privatizar, o Ministério da Administração Interna procederá ao “ajuste direto” e terá de proceder à manutenção dos Kamov até 2017, operação para a qual está destinada uma verba de 51,2 milhões de euros.

## Sepna põe em causa uso do contrafogo pelos bombeiros

Um relatório do comando do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (Sepna) que põe em causa a utilização do contrafogo por corporações de bombeiros do distrito de Viseu foi enviado ao comando-geral da GNR, revelou o Jornal de Notícias. Aqui se relata que a utilização do contrafogo pós “em risco” a vida dos militares da guarda e de bombeiros. Um dos exemplos dados é o incêndio de Vouzela, no qual ficaram feridas duas pessoas. Uma delas o presidente da junta, que acabou por morrer.

Segundo este documento, o oficial de ligação da GNR junto ao Centro Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Viseu, tinha alertado para esta situação há já algum tempo, mas, no início do mês, o CDOS foi informado de que estaria a ser feito uso de fogo de supressão (o chamado contrafogo) sem cumprir a legislação vigente.

Este relatório teve origem, segundo o JN, nas recentes declarações do presidente da Federação de Bombeiros de Viseu, que no aniversário dos Bombeiros de Tondela, a 16 de setembro, criticou a GNR por esta ter questionado os bombeiros sobre os contrafogos. “Quem intimida os bombeiros e os comandantes desta maneira deve ser punido exemplarmente”, declarou Joaquim Rebelo Marinho, candidato derrotado à Liga Portuguesa de Bombeiros e ex-funcionário da Escola de Bombeiros.

A utilização de contrafogos ilegais é descrita em detalhe neste relatório, com vários exemplos como aquele observado “em flagrante” pelo chefe do Núcleo de Proteção Ambiental de Moimenta da Beira, por parte dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Paiva e Castro de Aire, nos incêndios de Queiriga e de Pendilhe, no concelho de Vila Nova de Paiva. Num destes incêndios, a variante da estrada nacional 329 esteve encerrada ao trânsito, “a pedido dos bombeiros durante cinco horas”. Nesta “manobra terão ardido cerca de seis hectares”.

“Existem no distrito diversos relatos, de militares e civis, da utilização não autorizada do fogo de supressão”, adianta o mesmo relatório. É feita menção ao incêndio de Vouzela, como uma situação em que foi feito um contrafogo, sem autorização, e que “colocou em perigo os próprios militares” da GNR.

O Sepna diz que este assunto “tem vindo a ser abordado nas diversas reuniões com as entidades distritais, é do conhecimento de todos que é feito ilegalmente, sem critério, sem orientação téc-

nica e por qualquer um, colocando em perigo os próprios bombeiros e os militares do Grupo de Intervenção, Prevenção e Socorro (GIPS) da GNR”.

“Verifica-se uma verdadeira anarquia nesta questão”, porque, “não sendo cumpridas as regras, ninguém é avisado”. As críticas estendem-se a Joaquim Rebelo Marinho: “Sempre teve uma postura anti-GNR nomeadamente contra os GIPS), anti- CODIS, enfim, antitudo.” O comando do Sepna tem a “convicção de que a Guarda estará a ser ‘utilizada’ pelos bombeiros para pressionar a alteração da lei sobre a utilização do fogo de supressão”.

Estes operacionais apelam ao comando-geral para que “o dispositivo fique devidamente esclarecido sobre o procedimento a ter quando se verifique, em flagrante, que está a ser feito o uso do fogo de supressão” e pedem que “este caso não seja esquecido”.

### O que é o fogo de supressão?

Trata-se de uma técnica que compreende duas vertentes: o fogo tático e o contrafogo. O fogo tático é a ignição de um fogo ao longo de uma zona de apoio com o objetivo de reduzir a disponibilidade de combustível, e desta forma diminuir a intensidade do incêndio, terminar ou corrigir a extinção de uma zona de rescaldo de maneira a diminuir as probabilidades de reacendimentos ou criar uma zona de segurança para a proteção de pessoas e bens.

O contrafogo consiste na ignição ao longo de uma zona de apoio, na dianteira de uma frente de incêndio de forma a provocar a interação das duas frentes de fogo e a alterar a sua direção de propagação ou a provocar a sua extinção.

As ações de fogo de supressão são executadas sob orientação e responsabilidade de técnico credenciado para o efeito pela Autoridade Florestal Nacional. O seu uso deve ser ponderado quando esta técnica se justifique como a mais adequada no âmbito da estratégia de combate, avaliados os resultados esperados, os seus impactos e a segurança de pessoas e bens.

A identificação dos responsáveis pela execução e pela autorização serão, em caso de necessidade, comunicados às autoridades policiais com responsabilidade na área. Qualquer utilização de fogo de supressão fora do âmbito das alíneas anteriores é, nas suas consequências, incluindo as criminais, da inteira responsabilidade dos seus executores.



## Existe uma “incapacidade generalizada de ler o fogo e antecipar a sua evolução”

*A investigação dos incêndios florestais, suas características e os efeitos das queimas controladas, são algumas das áreas estudadas pelo Grupo de Fogos Florestais da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), pioneiro a nível internacional na investigação dos incêndios florestais.*

*Paulo Fernandes, professor e investigador do Departamento de Ciências Florestais, em entrevista ao Alto Risco, identifica as principais razões para a propagação dos fogos, identifica os erros no combate aos incêndios florestais por parte dos bombeiros e as medidas a tomar para modificar a forma como são combatidos estes incêndios.*

**Quais as principais dificuldades encontradas pelos bombeiros no combate aos incêndios florestais?**

As dificuldades com que os bombeiros deparam no combate a incêndios florestais em Portugal são comparáveis àquelas verificadas noutras regiões. No entanto, temos uma particularidade que nos distingue no contexto Europeu, que é uma combinação invulgar de condições naturais que em tudo favorece a propagação dos fogos. No norte e centro do País conjugam-se orografias complexas, um clima que favorece a produção de biomassa e a sua secagem posterior,

e a prevalência de tipos de vegetação que ardem facilmente e com intensidade. No que respeita ao ordenamento florestal Portugal não se distingue negativamente dos restantes países do sul da Europa. Aliás, Portugal é de longe o país onde o sector florestal mais contribui para a economia, o que

implica um patamar mais elevado de intervenção nos espaços florestais. Àquelas condições acresce o enorme número de ignições, que em termos relativos é 5 vezes superior ao de Espanha, e a sua simultaneidade. Note-se porém que a esmagadora maioria destas ocorrências ocorre em

áreas periurbanas, ou seja onde muito dificilmente se podem transformar em incidentes de vulto. Seja como for, o panorama dos fogos florestais em Portugal justifica intervenções preventivas na vegetação (a gestão de combustíveis), estratégicas e com escala suficiente para afetar a propagação dos grandes incêndios. Por outro lado, este investimento no espaço florestal será perdido caso não haja evolução na forma como são combatidos os incêndios. É muito comum observar áreas convenientemente tratadas sem que os meios de combate tirem partido da sua existência.

**O professor Paulo Fernandes declarou recentemente que há desco-ordenação e desconhecimento do terreno pelos bombeiros. Como explica esta situação?**

Esta situação explica-se essencialmente porque a coluna vertebral do sistema de combate a incêndios é constituída por corpos de bombeiros voluntários de âmbito local, face à situação desejável que seria a de corpos de bombeiros profissionais e florestais de âmbito nacional. O despacho de homens e meios de combate com proveniências e competências diversas para teatros de operações complexos e a sua articulação e coordenação são naturalmente difíceis. Recorrendo o combate a incêndios a grupos que se deslocam para longe das suas zonas de origem o desconhecimento do terreno é inevitável pelo que aumentam as dificuldades logísticas e de coordenação e diminui a efetividade operacional. No entanto, mais importante que o desconhecimento das condições locais é a incapacidade generalizada de “ler” o fogo e antecipar a sua evolução, o que dificulta a identificação das oportunidades de



áreas periurbanas, ou seja onde muito dificilmente se podem transformar em incidentes de vulto. Seja como for, o panorama dos fogos florestais em Portugal justifica intervenções preventivas na vegetação (a gestão de combustíveis), estratégicas e com escala suficiente para afetar a propagação dos grandes incêndios. Por outro lado, este investimento no espaço florestal será perdido caso não haja evolução na forma como são combatidos os incêndios. É muito comum observar áreas convenientemente tratadas sem que os meios de combate tirem partido da sua existência.

**Que medidas devem ser adotadas pelos comandos dos bombeiros para alterar a tática de combate aos incêndios florestais?**

A análise do comportamento atual do incêndio e a previsão da sua evolução futura devem guiar a forma como se enfrenta o fogo. Primeiro que tudo devem ser definidos os objetivos estratégicos, por exemplo limitar o fogo a uma determinada área, que permitirá definir as linhas de controlo. Só então se definem as táticas, que serão comprometidas caso a estratégia não seja clara e que devem ser coerentes com os objetivos. Um problema muito comum é a execução de táticas isoladas e desgarradas que fatalmente resultam em maior área ardida. Um princípio básico de qualquer tática é atacar o incêndio quando este está em desvantagem, assegurando que o combate se faz em segurança e somente onde o sucesso é garantido. Tal recomenda maior recurso ao ataque indireto, o trabalho mais focado na cauda e nos flancos dos incêndios, e maior uso de equipamento de sapador, máquinas de rasto e fogo de supressão.

A análise de incêndios exige acompanhamento constante e previsão da evolução do fogo, afim de antecipar e identificar janelas de oportunidade. É este o trabalho feito pelos GAUF (Grupos de Análise e Uso do Fogo), constituídos por engenheiros florestais e que intervêm nos grandes incêndios. Infelizmente, e apesar dos resultados obtidos (especialmente em 2010), os GAUF não existem como estrutura e as pessoas que os compõem são pou-

cas e contratadas sazonalmente por concurso.

**Tem havido alguma polémica sobre o uso do contrafogo no controlo dos incêndios florestais. A forma como está a ser utilizado é a mais indicada?**

O fogo tático ou contrafogo pode ser utilizado desde que o comandante responsável pelo incêndio o autorize. É minha opinião que a utilização atual está demasiadamente liberalizada, já que não é exigida formação específica a quem o executa. Em particular é importante distinguir entre o uso do fogo para queimar vegetação entre uma descontinuidade e a frente do incêndio, e o contrafogo propriamente dito, o qual implica a interação entre as chamas do contrafogo e as do incêndio e como tal conhecimentos mais avançados de comportamento do fogo. Na prática atual é comum que se sacrifiquem áreas arborizadas e que se perda o controlo do contrafogo, havendo até relatos de bombeiros postos em perigo.

**O contrafogo é uma arma eficaz para controlar os incêndios florestais? Existem outros meios de controlo/combate aos incêndios florestais?**

O contrafogo, ou mais generalizadamente o fogo de supressão, pode ser muito eficaz no controlo indireto de incêndios, desde que utilizado corretamente. É limitado pelas condições



ambientais, por exemplo a velocidade do vento e a humidade do combustível, pelo que é vulgar que apenas possa ser usado durante a noite. Naturalmente que é apenas uma das opções disponíveis. O que é importante é que as forças de combate estejam devidamente capacitadas para o uso eficaz dessas opções complementares, sejam a água, a abertura de faixas com ferramentas ou máquinas, ou o fogo de supressão.

**O seu departamento está a realizar um estudo sobre gestão dos incêndios florestais. No que consiste este estudo?**

A UTAD, através do Departamento de Ciências Florestais e Arquitetura Paisagista e do centro de investigação CITAB faz da parte do consórcio do projeto FIRE-ENGINE, financiado pelo programa MIT Portugal e coordenado pelo INESC Porto, que representa uma abordagem inovadora à gestão dos fogos florestais. Neste projeto analisamos a evolução do desempenho das políticas de gestão do fogo em Portugal e qual é o contributo relativo dos vários fatores envolvidos (clima, meteorologia, vegetação, ignições) para a área ardida. Os resultados permitirão recomendações fundamentadas acerca das opções políticas mais adequadas para Portugal, nomeadamente o investimento relativo em prevenção (e em que tipo de prevenção) e em combate.

cas e contratadas sazonalmente por concurso.

ambientais, por exemplo a velocidade do vento e a humidade do combustível, pelo que é vulgar que apenas possa ser usado durante a noite. Naturalmente que é apenas uma das opções disponíveis. O que é importante é que as forças de combate estejam devidamente capacitadas para o uso eficaz dessas opções complementares, sejam a água, a abertura de faixas com ferramentas ou máquinas, ou o fogo de supressão.



# Bombeiros Profissionais querem carreira única

*O presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais afirmou que está a ser negociado com o Governo a criação “de uma organização parecida ou igual à GNR e à PSP” que integre os bombeiros profissionais no país, durante a cerimónia do Dia Nacional do Bombeiro Profissional.*

O presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais (ANBP), Fernando Curto, anunciou, em Leiria, durante a cerimónia do Dia Nacional do Bombeiro Profissional, realizada a 11 de setembro,

a intenção de uniformizar a carreira dos bombeiros, através de uma estrutura “igual ou idêntica” à da GNR e PSP.

“A melhor homenagem que se pode fazer aos que morreram este



ano nos fogos é organizar o sector e, para o ano, que os bombeiros pudessem intervir sem que morresse ninguém”, salientou Fernando Couto, perante mais de 300 bombeiros de todo o país presentes em parada.

A proposta prende-se com a uniformização das carreiras dos bombeiros profissionais, assim como o consequente conteúdo funcional, horário de trabalho, avaliação, cartão de identificação igual para todos os bombeiros profissionais e uniformização de fardamentos e seguros.

Segundo Fernando Curto se as propostas forem acolhidas, será possível efetuar uma redução de custos, visto que a criação de uma única carreira entre bombeiros e sapadores resultará na diminuição de postos de trabalho.

## Repensar prevenção

“Não nos habituamos e não nos conformamos” com “a rotina” com que os bombeiros e as populações se deparam “todos os verões”, salientou Filipe Lobo d’Ávila, Secretário de Estado da Administração Interna, durante a cerimónia.

“É necessário repensar a forma como olhamos para a prevenção”, tomando “medidas a título excecional”, nomeadamente “no âmbito das reformas na área das florestas, que não estão concluídas”, sublinhou.

O governante sustentou que é preciso também “reequacionar o papel dos bombeiros na área da prevenção”. Filipe Lobo d’Ávila lembrou, ainda, que algumas das medidas “não são da exclusiva ou mesmo da competência” do Ministério da Administração Interna e sublinhou que “só em conjunto podem ser encontradas soluções para enfrentar problemas” com que Portugal se depara “todos os verões”.

Por sua vez, o presidente da Câmara de Leiria, Raul Castro, apelou ao apoio à aquisição de equipamentos de proteção individual a bombeiros e elementos da Proteção Civil.

O autarca aproveitou, também, a presença do Secretário de Estado para alertar para “o deficiente funcionamento da central de emergência 112, desde que foi centralizada em Lisboa”, uma vez que “as pessoas chegam a estar mais de 15 minutos à espera para serem atendidas” e “impede que os corpos de bombeiros possam responder diretamente a chamadas e chegar mais rapidamente ao local das ocorrências”. Quanto a alterações no funcionamento dos Bombeiros Municipais de Leiria, o autarca anunciou a intenção de alterar o horário de trabalho de cinco para quatro turnos (o que acabou por acontecer dias depois) e proceder à passagem de designação de bombeiros municipais para sapa-

dores.

Raul Castro sustentou, por fim, que “é fundamental agravar a moldura penal do crime de fogo posto, para dissuadir a prática destes atos, que destroem um bem que é de todos”, reforçar a fiscalização e “acabar com a plantação indiscriminada de eucaliptos, por ser uma espécie altamente inflamável”.

## Fernando Curto pede revisão da orgânica da Escola Nacional de Bombeiros

Um dos pontos focados pelo presidente da Associação Nacional de Bombeiros foi a necessidade de revisão da orgânica e estrutura da Escola Nacional de Bombeiros. Fernando Curto disse não entender “que a Escola Nacional de Bombeiros seja dirigida, exclusivamente, há muitos anos, pela Liga dos Bombeiros Portugueses”, defendendo que “a ENB deve ser tutelada na íntegra pela ANPC”, devendo ser criadas “estruturas onde possam estar presentes os representantes dos bombeiros profissionais, voluntários e das Associações Humanitárias”.

Em resposta a este desafio do presidente da ANBP, o Secretário de Estado da Administração Interna, Filipe Lobo d’Ávila, afirmou a “necessidade de proceder a alterações na Escola Nacional de Bombeiros”, acrescentando tê-lo feito “mudando o corpo diretivo, fomentando a revisão do plano de formação, num caminho de termos uma formação mais próxima e mais descentralizada”.

O Secretário de Estado da Administração Interna elogiou ainda “o relacionamento que tem existido com a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais”, salientando que “temos estado mais em acordo do que em desacordo”.

## Acordos Coletivos de Trabalho para “uma melhor organização”

ANBP/SNBP têm vindo a celebrar Acordos de Empresa com Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, “para uma carreira única e uniforme, tendo em conta que são eles que efetuam a primeira intervenção e os trabalhadores efetivos das associações”. Foi ainda recentemente celebrado o Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública com a Câmara Municipal de Lisboa. Um documento que permite “uma melhor funcionalidade, interpretação e aplicabilidade da lei”.

Fernando Curto defendeu ainda a importância de ser celebrado um Acordo Coletivo de Trabalho com a Força Especial de Bombeiros, salientando a necessidade de “uma carreira e uma melhor organização” para estes profissionais.

## Entidades



## Homenagem



## Condecoração



### ANBP distingue autarca com Medalha de Mérito

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais distinguiu o presidente da Câmara Municipal de Leiria com a Medalha de Mérito da ANBP. Um gesto que Raul Castro agradeceu, confessando inspirar-se nos bombeiros para enfrentar as dificuldades e desempenhar a sua ação enquanto autarca.

## Discursos



## Medalhas



## Assinatura de Protocolo



► A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Instituto Politécnico de Leiria assinaram um protocolo de colaboração no dia 11 de setembro

## notícias



### Câmara de Leiria aceita proposta de ANBP/SNBP e aprova novo horário nos Bombeiros Municipais

Os Bombeiros Municipais de Leiria têm novo horário desde o dia 28 de Setembro. O presidente da autarquia, Raul Castro, publicou um despacho autorizando a passagem dos atuais cinco turnos para quatro turnos de 12 horas, cumprindo o horário 12/24 e 12/48.

Este compromisso já tinha sido assumido pelo presidente da autarquia, na cerimónia do Dia Nacional do Bombeiro Profissional, a 11 de Setembro. Numa reação a esta decisão, a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais "congratularam-se"

com a alteração do horário dos Municipais de Leiria, recordando que este horário "já está a ser praticado no Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa, na Companhia Sapadores de Coimbra e nos Bombeiros Municipais da Figueira da Foz". Esta alteração de horário vai permitir um aumento de efetivos, passando cada piquete a ter 14 operacionais em vez de nove.

ANBP/SNBP consideram que este horário vai ainda "permitir uma melhor capacidade de resposta dos Bombeiros Municipais na salvaguarda da vida e bens da população de Leiria".

### Bombeiros Sapadores de Faro alteram horário de trabalho

A Câmara Municipal de Faro vai alterar o horário de trabalho dos Bombeiros Sapadores de Faro, passando para quatro turnos, tendo o presidente da autarquia já publicado um despacho com essa autorização.

Os bombeiros desta corporação começaram a trabalhar neste novo horário de trabalho desde 28 de setembro, passando a laborar em quatro turnos de 12 horas.

Este horário, 12/24 - 12/48, que a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais (ANBP/SNBP) têm defendido para todos os bombeiros sapadores e municipais é, assim, aplicado em Faro, a exemplo do que é praticado com Lisboa, Coimbra, Leiria, Santarém, Figueira da Foz, entre outros Corpos de Bombeiros.

## Câmara de Lisboa autoriza novo recrutamento no RSB

O presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, autorizou no dia 9 de setembro, o procedimento para a abertura de concurso de uma nova recruta para o Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa. Foi ainda autorizada a abertura do processo para as promoções no RSB.

Estas decisões foram reforçadas pela ANBP/SNBP numa reunião ocorrida a 12 de setembro, na qual foram informados de que estão já a ser preparados os procedimentos concursais para esta nova recruta,

que deverá ser aberta ainda este ano.

#### Seguros de acidentes

Ainda durante este ano, deverá ser aprovado um concurso para a aquisição de seguros de acidentes pessoais para o pessoal bombeiro (sapador e voluntário) que duplica o prémio mínimo legalmente exigido, proporcionando uma maior proteção aos bombeiros. Atualmente os seguros situam-se nos 150 mil euros por morte ou invalidez permanente.

## A PJ destaca "a grande concentração de detenções feitas no último mês"

A Polícia Judiciária deteve, desde o início deste ano, 66 suspeitos de fogo posto, 44 dos quais estão em prisão preventiva, revelou a Polícia Judiciária, citada pela Agência Lusa.

Rui Almeida, responsável pelo Gabinete Permanente de Acompanhamento e Apoio (GPAA) da PJ, citado pela Lusa, sublinhou "a elevada taxa de aplicação da prisão preventiva [67 por cento]" decretada este ano pelos tribunais face à registada em 2012, que era de 32 por cento.

"Este ano há uma forte subida de aplicação desta medida de coação [prisão preventiva]", afirmou, realçando: "Dos 66 detidos temos 44 em prisão preventiva, o que significa uma percentagem de cerca de 67 por cento dos casos, quando relativamente ao ano de 2012 tínhamos, a esta data, apenas 16 pessoas em prisão preventiva".

Rui Almeida referiu ainda que a PJ já instaurou 990 inquéritos desde o início deste ano "por incêndio florestal doloso".

Questionado sobre se o número de detidos julgados em processo sumário aumentou desde 29 de agosto (um caso), o também responsável pela diretoria de Coimbra da PJ disse que esse número se mantém. Trata-se de

um julgamento em processo sumário de um incendiário que foi condenado a prestação de trabalho a favor da comunidade, referiu.

Relativamente aos dados estatísticos de que a PJ dispõe, Rui Almeida destacou ainda "a grande concentração de detenções feitas no último mês".

"Desde o início do ano até ao dia 15 de agosto, a PJ tinha detido 25 indivíduos, neste último mês a PJ deteve 41 suspeitos de fogo posto", sublinhou, acrescentando tratar-se de valores que correspondem ao "grande número de ignições verificadas neste espaço de tempo".

A 29 de agosto, Rui Almeida revelou à Lusa que a PJ tinha detido 50 presumíveis incendiários desde o início do ano, 28 dos quais se encontravam em prisão preventiva e quatro em prisão domiciliária.

Sobre casos de reincidentes, Rui Almeida disse que "15 a 16 por cento" dos indivíduos detidos este ano já tinham cometido outros crimes de incêndio.

Até ao momento, há ainda a registar seis indivíduos suspeitos de fogo doloso que se encontram em prisão domiciliária sob vigilância eletrónica, concluiu.

## notícias

## Exercício na Golegã

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, através do seu gabinete de formação e em parceria com a empresa 4EMES realizou um exercício de preparação na Golegã, no âmbito de uma ação modelar fechada nos Bombeiros Voluntários da Golegã, no planeamento de exercícios. Nesta atividade, que levou à alteração de trânsito, participaram os Bombeiros Voluntários da Golegã, os

Bombeiros Voluntários de Constância, Proteção Civil Municipal e GNR. A formação decorreu no âmbito do POPH.

Recorde-se que os exercícios efetuados pelos bombeiros são uma atividade prática que coloca os participantes em situações simuladas induzindo uma série de reações idênticas às esperadas num evento real. Tem por objetivo testar políticas e planos e a formação de equipas.



## madeira

ANBP/SNBP  
Madeira

## reúnem com candidatos à Câmara do Funchal

O independente Paulo Cafó é o novo presidente da Câmara Municipal do Funchal, na Madeira. Antes do ato eleitoral, o Secretariado Regional da Madeira da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais reuniu-se com o autarca, então candidato da Coligação pela Mudança à Câmara Municipal do Funchal.

Em cima da mesa estiveram assuntos como a passagem dos bombeiros munici-

pais do Funchal a sapadores e a aplicação da Lei nº2467/2007 de 22 de junho. A revisão dos estatutos dos bombeiros foi outro dos assuntos abordados.

Em relação ao funcionamento dos bombeiros municipais do Funchal, Paulo Cafó foi ainda sensibilizado para a necessidade de viaturas específicas para intervenção nas zonas altas e degradadas da cidade do Funchal, para a ne-

cessidade de atualização do material de proteção individual e sistema de comunicações. Foi ainda abordada a questão da dimensão do quartel, já que, de acordo com ANBP/SNBP, as atuais instalações estão desadequadas ao crescimento do quartel.

As mesmas reivindicações foram também apresentadas ao candidato do CDS-PP, José Manuel Rodrigues. O

então candidato democrata –cristão defendeu, durante a campanha eleitoral, a passagem dos bombeiros de municipais do Funchal a sapadores, a dignificação e a transformação dos Bombeiros Municipais numa força de elite. José Manuel Rodrigues defendeu ainda a renovação dos quadros, devido a metade dos bombeiros ter mais de 45 anos.



▶ ANBP/SNBP Madeira reuniram com Paulo Cafó (à direita)



▶ ANBP/SNBP Madeira reuniram com José Manuel Rodrigues, candidato CDS/PP

## eleições

## Eleições ANBP/SNBP

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais vão realizar eleições. O sufrágio está marcado para os dias 26 e 27 de Novembro de 2013.

Parte III  
Capítulo I  
Processo Eleitoral  
Artigo 51º  
(Eleições)

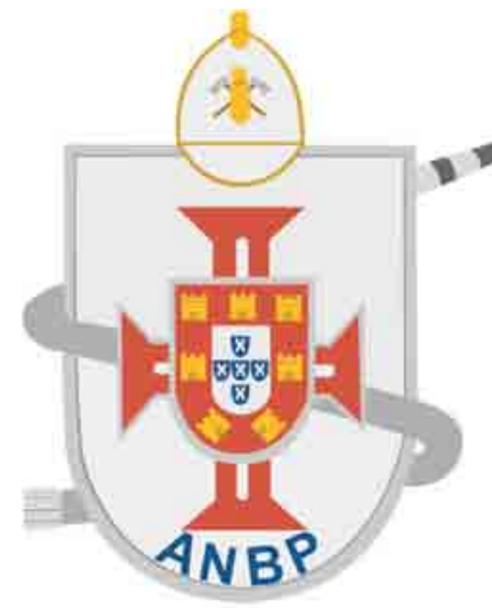
1. A Mesa da Assembleia Geral, a Direcção Nacional, o Conselho Fiscal, o Conselho de Ética e Disciplina e os Secretariados Coordenadores Regionais, serão eleitos em sessão ordinária da Assembleia Geral;

2. As eleições serão efectuadas por listas unitárias compostas por 53 elementos, conforme estabelecido na Secção III, artigo 17º dos Estatutos, sendo necessária a apresentação de programas de acção;

3. A composição das listas candidatas e os programas de acção serão enviados à Mesa da Assembleia Geral até trinta dias antes da assembleia eleitoral;

4. A Mesa da Assembleia Geral, em colaboração com a Direcção Nacional, assegurará a divulgação entre os sócios das candidaturas recebidas, através do jornal Alto Risco ou em qualquer outro órgão de comunicação do Sindicato, no período que mediar entre o fim do prazo de entrega de listas e até 48 horas antes da data da assembleia geral eleitoral;

5. A campanha eleitoral, terminará também 48 horas antes da realização



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE  
BOMBEIROS PROFISSIONAIS



da assembleia geral eleitoral;

6. As eleições serão efectuadas na Assembleia Geral ordinária do ano a que respeitarem, a qual a incluirá na respetiva ordem de trabalhos;

7. Para assegurar igualdade de oportunidades a todos as listas concorrentes às eleições, será constituída uma comissão eleitoral, com vista a fiscalizar o processo eleitoral, composta pelo presidente da mesa da As-

sembleia Geral e por representantes de cada uma das listas concorrentes;

8. Só podem ser candidatos aos órgãos associativos referidos os sócios singulares no pleno uso dos seus direitos e com pagamento das quotas em dia.

9. Todos os elementos dos órgãos associativos mencionados são eleitos por quatro anos e podem ser reeleitos.

Artigo 52º  
(Votação)

1. O voto é secreto;

2. Será eleita a lista que tiver a maioria dos votos validamente expressos;

3. Não é permitido o voto por representação para a eleição dos órgãos associativos;

4. Não é permitido o voto por correspondência.

CONVOCATÓRIA  
DA ANBP

Ao abrigo dos Estatutos, convoco a Assembleia Eleitoral da ANBP - Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais, a realizar nos dias 26 e 27 de Novembro de 2013, entre as 09H00 e as 11H00, na sede nacional da ANBP, sita na Av. D. Carlos I, nº89, R/Ch., 1200-647 Lisboa, nas sedes dos secretariados regionais da ANBP e nos locais de trabalho.

Lisboa, 30 de Setembro de 2013

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral  
Assinatura ilegível

CONVOCATÓRIA  
DO SNBP

Ao abrigo dos Estatutos, convoco a Assembleia Eleitoral do SNBP - Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais, a realizar nos dias 26 e 27 de Novembro de 2013, entre as 09H00 e as 11H00, na sede nacional do SNBP, sita na Av. D. Carlos I, nº89, R/Ch., 1200-647 Lisboa, nas sedes dos secretariados regionais do SNBP e nos locais de trabalho.

Lisboa, 30 de Setembro de 2013

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral  
Assinatura ilegível

# desencarceramento



## Bombeiros portugueses participaram no IX encontro de resgate em acidentes de trânsito

A ANSD - Associação Nacional de Salvamento e Desencarceramento a convite da sua congénere APRAT - Asociación Profesional de Rescate en Accidentes de Tráfico promoveu a participação das equipas dos BV Vila do Conde e BV Sul e Sueste Barreiro no "IX Encontro de resgate em acidentes de trânsito" que decorreu entre 15 e 18 de Setembro, no Circuito da Catalunha em Barcelona.

A Equipa de Salvamento e Desencarceramento do Corpo de Bombeiros do Sul e Sueste foi composta por sete dos seus atuais 10 elementos.

O referido evento seguiu as regras da World Rescue Organization (WRO),

contando com a participação de 14 equipas: 12 espanholas e as duas corporações de bombeiros portuguesas.

As manobras a concurso (Standard e Completa; com 20 e 30 minutos respetivamente) consistiram em operações de salvamento e desencarceramento de uma ou de duas vítimas em vários cenários de acidentes rodoviários.

Estas manobras simularam as condições com que os bombeiros se deparam em situações reais, tendo as provas sido avaliadas por um júri de avaliadores da APRAT, na área de Gestão e Comando de Incidentes, e de Resgate Médico e Técnico.



Pub



## INSCRIÇÕES ABERTAS

CURSOS CO-FINANCIADOS

UM CONTRIBUTO PARA A IGUALDADE DE GÉNERO  
E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÉNERO  
JUNTO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL

FORMAÇÃO DE FORMADORES PARA OBTENÇÃO DE CERTIFICAÇÃO  
EM IGUALDADE DE GÉNERO

PLANO NACIONAL DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO  
DA RCSNU 1325

FORMAÇÃO DE AGENTES QUALIFICADOS QUE ATUEM  
NO DOMÍNIO DA PREVENÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO  
E COMBATE AO TRÁFICO DE SERES HUMANOS  
E NO APOIO ÀS SUAS VÍTIMAS

FORMAÇÃO DE PÚBLICOS ESTRATÉGICOS  
PARA A OBTENÇÃO EM IGUALDADE  
DE GÉNERO

Entidade Formadora Acreditada



PARA MAIS INFORMAÇÕES, POR FAVOR CONTACTE

**4EMES - CONSULTORES ASSOCIADOS, LDA**

formacao@4emes.com

geral@4emes.com

www.4emes.com

FAÇA DOWNLOAD DA FICHA DE INSCRIÇÃO EM

[WWW.4EMES.COM](http://WWW.4EMES.COM)

4EMES - Lda

Rua D. António Ribeiro, nº1 A

Micallores

1495-049 Alges - Portugal

tel (+351) 21 413 54 80

fax (+351) 21 413 54 89

WALCIBIOS



CO-FINANCIADO POR



MARCA DA IGUALDADE DE GÉNERO



## publireportagem



# Formação 4EMES

“A violência contra as mulheres em situações de guerra e catástrofe” foi o tema escolhido para uma ação formativa da responsabilidade da parceria 4EMES e da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, no âmbito de um projeto co- financiado pelo QREN e na Medida 7 do POPH.

A formação foi ministrada pelo Coronel José Furtado que concentrou a sua intervenção na violência exercida contra as mulheres em cenários de conflito, em diferentes países do mundo, e como a formação permite ajudar as forças de manutenção de paz a integrar a dimensão do género.

A 4EMES tem vindo a atuar nos últimos anos no sector da Segurança e Proteção Civil, onde conta com uma rede significativa de parceiros. Um dos fatores característicos deste setor é o facto de ser uma área tradicionalmente masculina, mas onde as mulheres têm vindo a profissionalizar-se nos últimos tempos.

No entanto, ainda é necessário trilhar um caminho no sentido de trazer a este sector mais mulheres, de forma a minimizar esta assimetria, bem como uma efetiva partilha e igualdade nos papéis.

Os temas da igualdade do género e o da violência de género (agressão física, agressão psíquica, abuso sexual, negligência) são hoje recorrentes em vári-



os estudos científicos e foros académicos, e tornou-se num problema social e num problema de saúde pública.

A sua visibilidade resulta, muitas vezes, da possibilidade de quantificar o número de denúncias que ocorrem junto das Forças e Serviços de Segurança e o número de solicitações de socorro que são atendidas por Agentes de Proteção Civil.

Mas, mais do que isso, é preciso garantir que a s situações são detetadas e devidamente encaminhadas e que os números traduzem de facto a realidade.

Nesta medida é fundamental alter-

ar a perspetiva que estes agentes têm sobre esta problemática, pelo que é importante a implementação de uma estratégia integrada que permita atuar sobre este público.

Assim, hoje, mais do que nunca, é importante reforçar a preparação dos profissionais da área da Segurança e dos Agentes de Proteção Civil para a igualdade de género e para a prevenção da violência de género.

É neste contexto que surge este projeto, que pretende ser um contributo junto das Forças e Serviços de

Segurança e dos Agentes de Proteção Civil para estas temáticas.

Este projeto tem duas vertentes transversais:

-contribuir para a diminuição da assimetria de género no setor da segurança e proteção civil;

-e dotar as forças e serviços de segurança e os agentes de proteção civil dos mecanismos necessários para lidarem, na prática, com situações e com cidadãos para os quais representam, na sua esmagadora maioria, a primeira intervenção.

## testemunhos

Formador

## Coronel José Furtado

**Em que medida é que esta formação pode ajudar as organizações a integrar mais mulheres?**

Para mim o importante destas formações foi mostrar que é essencial integrar. A humanidade não se divide em homens e mulheres. Os homens têm dominado até ao presente e havia problemas que ficavam esquecidos e que agora começamos a descobrir. Se trabalharmos juntos esses problemas são resolvidos de forma simples e sem conflito. Se nós impusermos uma solução é complicado. Claro que na Europa a situação é uma; se sairmos, as situações são muito mais complicadas.

Mesmo a nível nacional, nós não estávamos alertados para estes assuntos. Sim, nós pensávamos assim. Mas o vermos estas imagens despertam-nos para uma realidade que é quase a realidade de metade do mundo. Mais de metade das mulheres e crianças do mundo vivem nestas condições.

**Como é que esta integração das mulheres em missões de paz pode ser feita?**

Um dos problemas que se colocam frequentemente com as mulheres militares é que eles se recusam a falar com elas. Até nas missões diplomáticas se estiver uma mulher do outro lado não lhe ligam, nem cumprimentam. É um processo que demora gerações e temos que ter consciência disso. Se conseguirmos que as meninas do Afeganistão vão à Escola isso já é uma grande notícia.

**Dizia que a maior parte das pessoas no mundo não sabia que isto estava assim nem que este tipo de violência existia...**

Nas missões de paz, quer com militares, civis ou forças humanitárias, muitas vezes não têm essa perceção. Às vezes já lá estiveram, mas faltam os números, estatística e informação objetiva.

## Comandante B.V. Grândola Ricardo Ribeiro

**Como é que uma melhor preparação dos bombeiros na vertente da violência do género permite uma melhor deteção e encaminhamento das situações de violência ou abuso?**

Na nossa atividade muitas vezes lidamos com a consequência da violência doméstica, nomeadamente entre casais. E não é só violência doméstica física, mas também violência psicológica, e normalmente os bombeiros têm uma preparação limitada porque não é abordada nas ações de formação tradicionais nos bombeiros.

Esta ação de formação é muito importante porque apesar de não lidarmos com cenários de guerra, mas lidamos com outro tipo de violência, nomeadamente na emergência pré-hospitalar.

A objetividade da ação de formação, em que a mulher nos é apresentada em alguns aspetos como o elo mais fraco da violência doméstica, embora nós entendamos que há outro tipo de violência doméstica que afeta os homens. É um assunto que devemos tratar com bastante cuidado e atenção, e passarmos para os nossos homens e mulheres que estão no terreno que vão atender a situações de violência doméstica, para que eles tenham uma noção exata do que é que se passa em termos psicossociais com aquela vítima.

**Em que medida a formação é importante no sentido de trazer a este setor mais mulheres. É uma efetiva partilha e igualdade dos papéis?**

Em primeiro lugar, para mim ficou mais justificada a necessidade de estimular a vinda de mulheres para os bombeiros. Faz sentido ter equipas mistas, em especial naquilo que diz respeito a teatros de operações multi- vítimas, mas, também, a questões relacionadas com a tal violência doméstica e questões relacionadas com igualdade de género.

Isto porque a noção macro que verificamos nesta ação de formação, tem uma equiparação, embora em menor quantidade e qualidade, e atendendo às diferenças culturais e sociais existentes em Portugal, em comparação com estas realidades aqui trazidas. Mas sensibiliza-nos para estimular que mais bombeiras venham para os bombeiros, porque o seu género é importante para solidificar as questões envolvidas da desigualdade de género e violência doméstica com que somos confrontados todos os dias.

Psicóloga

## Rita Pereira

**Em que medida esta formação permite reforçar as competências dos agentes de segurança e proteção civil na área da igualdade do género e violência do género?**

Faz todo o sentido fazer formações deste âmbito, porque nos ajudam a repensar nas nossas práticas e, também, porque nos ajudam a adicionar novos fatos na nossa prática diária. A igualdade do género é um assunto relativamente recente, esta formação ajuda as forças de segurança e proteção civil a estarem mais alertas para este tipo de temática. E ajuda a que a convivência e o trato nas relações interpessoais sejam mais facilitados.

**Em que medida é que uma sinalização atempada da situação pode contribuir para uma efetiva redução do número de vítimas de violência do género?**

Quanto mais alerta estivermos com estas situações, também mais podemos prevenir o futuro. Porque se uma pessoa não souber que existe uma determinada situação, tem mais dificuldade em lidar com a mesma. Existem determinados procedimentos que podem facilitar a resolver a situação. Portanto, quanto mais sinalizarmos, mais facilmente conseguimos ajudar a resolve-las.

**Como é que esta intervenção pode contribuir para efetiva igualdade do género dentro das forças de segurança e proteção civil?**

Ajuda muito naquela abertura de espírito que é necessária a todos os agentes intervenientes naquele tipo de ações. Quanto mais alertas estivermos para estes problemas, mais facilmente conseguimos resolver as situações com que nos deparamos.

Pub

**JACINTO**

LÍDERES EM VEÍCULOS DE COMBATE A INCÊNDIOS

Jacinto Marques de Oliveira, Sucrs. Lda  
 Av. dos Carreiros, 191 - Apartado 40  
 3885 - 979 Espinho, Portugal  
 Licenças e Autorizações: Rua do Campo Grande, 132-154  
 3885 - 530 Espinho  
 Tel. +351 256 750 100 Fax. +351 256 751 448  
 info@jacinto-lda.com  
 www.jacinto-lda.com

PME líder

[www.edp.pt](http://www.edp.pt)



# a maior energia é a sua

8:00h caminhada

11:30h voluntariado - fitness

15:00h curso de informática

16:30h buscar netas à escola

17:00h biblioteca

19:00h brincar com as netas

20:15h fazer jantar

viva a sua energia

